



SACUDIR O BRASIL NO DIA 11

Dos "Paralamas" só erraram no número: são mais de 300 os picaretas do Congresso. Chegam a 360, se for levado em conta como têm sido as votações das emendas à Constituição, que estão detonando os direitos sociais, as liberdades políticas e as riquezas nacionais.

Como toda picaretagem que se preza é bem organizada, o picareta-chefe continua, às custas do famoso "é dando que se recebe", coordenando a operação desmonte. Fernando Henrique reeditou pela quarta vez a medida provisória que institui o exame de final de curso (página 3) e estrangula as verbas da universidade pública, que recebeu menos em um ano que

os ruralistas em um dia de "negociação". A resposta do governo às reivindicações da comunidade universitária não passa de promessa até hoje (página 2).

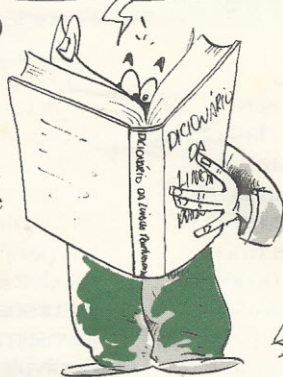
Os picaretas, do Congresso e do Planalto, não foram eleitos com poder de reescrever a Constituição. Por isso, a UNE lança no fim de julho uma campanha em defesa de um plebiscito sobre as reformas. Veja como estão os preparativos e quem já está apoiando a proposta na página 4.

O segundo semestre promete começar quente. O congresso da UNE aprovou que o dia 11 de agosto vai ser mais que o dia do estudante. Está convocado o Dia Nacional de Protesto, em conjunto com a UBES, para sacudir o país. Paralisações, passeatas, debates, atos e agitos em geral vão colocar na rua nossas reivindicações.

Você, que está debatendo os problemas do seu curso, sabe bem como eles são graves e quanta coisa precisa mudar. Essa situação não é só sua, muito menos restrita à sua faculdade. Por isso, é hora de botar a boca no trombone. Se você é como os "Paralamas" — quer se expressar sem censura — vá à luta no dia 11!

PICARETA (ê). S.f. 1. INSTRUMENTO DE FERRO, DE DUAS PONTAS, USADO PARA CAVAR TERRA. 2. PESSOA QUE USA DE ESPEDIENTES OU EMPUSTES PARA ALCANÇAR FAVORES.

ISSO NÃO FAZ SENTIDO!



UNE-Ciência

O 44º Congresso da UNE decidiu: será realizado em dezembro, o "Seminário de Ciência e Tecnologia" da entidade. A organização do evento começa nas próximas semanas, e a UNE espera contar com a participação de estudantes e pessoas ligadas a área, através das entidades

estudantis e das próprias universidades.

Para Alcino Reis, diretor de Comunicação da UNE "a entidade estudantil deve tornar-se um canal de expressão de um movimento que já existe na universidade pública em defesa da Ciência e Tecnologia em nosso país. (Carlo Alessandro)

EM VEZ DE VERBAS, BLÁ-BLÁ-BLÁ

Depois de meses de intensas conversações, o ministro da Educação, Paulo Renato, fez, na primeira semana de julho, uma promessa aos reitores das universidades públicas. Ao receber em audiência o professor Dilmário de Queiroz, reitor da UFSC e presidente da entidade que reúne os dirigentes das instituições federais de ensino — a Andifes —, Paulo Renato garantiu que saem, “nas próximas semanas”, 200 milhões de reais para despesas inadiáveis.

O encontro foi mais um capítulo da novela tediosa que o MEC protagoniza, desde o início do governo FHC, para destinar às escolas públicas recursos que as livrem da inadimplência. O dramalhão começou em janeiro, quando a equipe econômica anunciou que, após os cortes realizados no Orçamento da União, sobrariam apenas R\$ 227 milhões para os gastos de manutenção das 52 universidades federais.

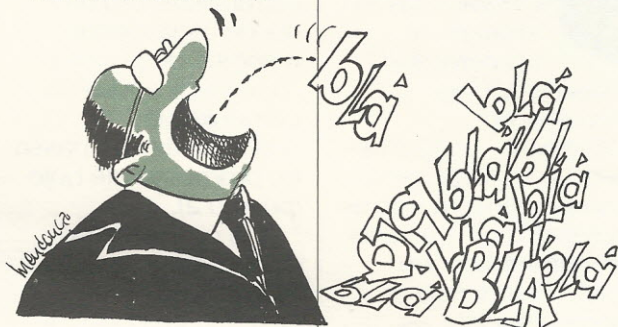
RISCO DE INADIMPLÊNCIA: A Andifes calculou que a cifra equivalia apenas a 40,4% do mínimo indispensável para encerrar as despesas do dia-a-dia. A partir do início do segundo semestre, advertiram os reitores, haveria o

O MEC

promete migalhas

aos reitores

ANTONIO MARTINS



colapso de serviços indispensáveis ao ensino e à pesquisa, como manutenção dos equipamentos de informática, fornecimento de refeições aos

“DEGRADAÇÃO

JÁ SALTA AOS

OLHOS”, DIZ

O PRESIDENTE

DA ANDIFES

restaurantes universitários e pagamento das contas de água e luz.

Por enquanto, a liberação de mais R\$ 200 milhões não passa de promessa. Ainda que ela se concretize, o professor Dilmário de Queiroz alerta que os recursos estão muito aquém do necessário. Pelos cálculos da Andifes, diz ele, seriam necessários, além dos recursos com que o

ministro acena, R\$ 310 milhões. “Precisamos de R\$ 130 milhões para obras urgentíssimas de infra-estrutura”, diz ele, e exemplifica: “Há

universidades que se defrontam, por exemplo, com situações críticas nas instalações elétricas e até mesmo no sistema de saneamento de esgotos”. Outros R\$ 180 milhões reivindicados pela Andifes destinam-se a renovar os acervos das bibliotecas, adquirir equipamentos de informática e levar adiante programas prioritários de licenciatura, pesquisa científica e extensão universitária.

A crise de verbas das universidades públicas não começou no governo FHC, é evidente. O professor Dilmário lembra que há dez anos os recursos para investimentos equivalem a apenas 5% do total — contra 25% na maioria dos países e 40% em alguns, como a Espanha. Não se esperava, no entanto, tanta velhacaria do presidente-intelectual — cujo governo, diga-se de passagem, paga aos aplicadores na “ciranda financeira” R\$ 12 bilhões ao ano, 39 vezes mais que o reivindicado pela Andifes.

NEXO É PUBLICADO PELA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES — UNE.
PRESIDENTE: ORLANDO JÚNIOR. **DIRETOR DE IMPRENSA:** ALCINO REIS.
EDITOR: ANTONIO MARTINS. **REDAÇÃO:** ADRIANA FERREIRA, CECÍLIA CECILIATO, CARLO ALESSANDRO E MARCELO LIMA. **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** CACO BISOL. **ILUSTRAÇÃO:** VICENTE MENDONÇA. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** GISELA MENDONÇA. **ENDEREÇO:** PRAÇA CARLOS GOMES, 190 - LIBERDADE - 01501-040 - S.PAULO. **TEL:** (011) 607.9177. **TIRAGEM:** 20 MIL EXEMPLARES.

O GOVERNO INSISTE NO "PROVÃO"

E age para aplicá-lo já este ano,
sem debate na universidade

ADRIANA FERREIRA

O governo FHC está provavelmente disposto a impor já no final do ano, sem debate com os estudantes ou o Congresso, o exame de final de curso. O ministério da Educação reapresentou em 30 de junho a MP que institui o "teste".

Como o Executivo dispõe de ampla maioria no Parlamento, há o risco concreto da medida ser aprovada através de sucessivas reedições. O MEC já informa, além disso, que os estudantes da área da Saúde, de Direito e Engenharia Civil serão os primeiros a passarem pela avaliação.

A MP vêm causando polêmica desde março. O deputado Ricardo Gomyde (PCdoB-PR) diz que a avaliação deveria ter sido encaminhada como projeto de lei e não como medida provisória. "Somente assuntos urgentes devem ser apresentados como MP. O governo quer repetir a mesma tática que adotou no caso do Real, votado apenas um ano depois de entrar em vigor", adverte ele.

AS "DISCUSSÕES" DO MEC: O Secretário Executivo do Ministro da Educação, Sílvio Batuchanski, sustenta que o MEC vem realizando discussões sobre a medida, que em suas palavras visa ampliar a avaliação das universidades que



pelos partidos de oposição, e que as "discussões" também excluem setores destacados da

Mina de ouro

A reação conjunta da comunidade universitária contra o exame de final de curso pode avançar dias 18 e 19 de agosto, em Brasília. Nesta data, reúne-se mais uma vez o Forum Nacional em Defesa da Escola Pública, com presença da UNE, Andifes, Andes, Crub e outras entidades.

"A avaliação de fim de curso será uma mina de ouro para os cursinhos", opina a professora Géria, coordenadora de Política Educacional da Andes. (A.F.)

TÁTICA PODE

SER REEDITAR

SUCESSIVAMENTE

A MP

já vem sendo realizada pelo MEC. Ricardo Gomyde contesta. Ele garante que o governo vem recusando todas as propostas de emendas apresentadas

comunidade universitária — a UNE e a Andes, por exemplo.

Para Orlando Silva, presidente da UNE, proposta do MEC é "discriminatória e punitiva": "primeiro, porque submete os alunos a um segundo vestibular; segundo, porque visa separar as universidades entre um pequeno número de "centros de excelência" e uma maioria de "colégios de terceiro grau".

CAMPANHA NA RUA: A UNE não está sozinha. O vice presidente da Andifes, professor Thomas Aroldo da Mota Franco (UFMG), também é contra o "provão". Segundo o professor Thomas, o erro da MP é não instituir outros processos para determinar o desempenho das universidades, levando em conta, além dos alunos, o histórico e as condições de trabalho de cada instituição.

O presidente da UNE alerta, no entanto: "Só derrotaremos o provão se formos para as ruas. No Congresso, o governo aprova o que quer".

REFERENDO JÁ!

A histórica sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, será o palco. É lá que um conjunto de entidades e partidos democráticos deverá lançar, em 27 de julho, o movimento nacional por um plebiscito sobre as emendas neoliberais à Constituição. Além da UNE, já estão praticamente asseguradas as presenças de Lula e Brizola, dois governadores de Estado (Miguel Arraes-PE e Cristóvam Barque-DF) e de dezenas de entidades populares e personalidades.

A UNE está participando ativamente da convocação do ato. A campanha pelo referendo (termo jurídico utilizado para designar um plebiscito onde a população confirma ou rejeita decisões tomadas pelos governantes) foi uma das mais importantes aprovadas pelo 44º congresso da entidade, em junho.

AMPLO APOIO: Desde então, os diretores da UNE lançaram-se a uma série de articulações políticas para consolidar a proposta.

As reações entusiasmaram o

Marcado para dia 27 lançamento da campanha que visa submeter ao julgamento do povo as emendas neoliberais

CECÍLIA CECILIATO



porque não submeter a decisão ao povo?"

POVO NAS RUAS: O senador Pedro Simon, líder do governo no Congresso, sustentou em conversa com Orlando que é "plenamente a favor" da convocação do referendo, que para ele é "uma excelente forma de aprofundar o debate sobre as reformas".

Para viabilizar o referendo, já surgiram duas propostas no Congresso Nacional apresentadas pelos deputados Lindbergh Farias (PCdoB-RJ) e Aristodemo Pinotti (PMDB-SP). O presidente da UNE considera, no entanto, que só uma campanha popular viabilizará o referendo: "O Congresso está dominado pelos conservadores. Só o povo nas ruas o obrigará a abrir o debate".

ATÉ LÍDER DO GOVERNO DEFENDE O PLEBISCITO

presidente da UNE, Orlando Silva Jr. "Todos demonstraram simpatia. O presidente da ABI, doutor Barbosa Lima, chegou a dizer que via, enfim, uma saída contra a aprovação do programa neoliberal". Orlando fustiga: "Se o governo tem tanta certeza do apoio às emendas, como alega insistentemente,

Era Collor II

Aos 95 anos, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, foi em 1993 um dos líderes da campanha pelo impeachment de Collor. Ouvido com exclusividade por *Nexo*, ele deu o seguinte depoimento sobre o referendo:

"Sou a favor de um plebiscito,

porque antes de qualquer reforma na Constituição se deveria consultar o povo. A impressão que tenho, pelas medidas do governo FHC, é que estamos ainda na era Collor. Não houve mudanças. Estão continuando o mesmo programa iniciado na gestão do primeiro Fernando. Acredito que a campanha pelo referendo possa ter o mesmo impacto do movimento do "Petróleo é Nosso"